



O PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO

O Poder Legislativo

Os líderes de governos democráticos governam com o consentimento dos seus cidadãos. Esses líderes são poderosos, não porque controlam exércitos ou riqueza econômica, mas porque respeitam os limites que lhes são impostos pelo eleitorado numa eleição livre e justa.

Através de eleições livres, os cidadãos de uma democracia conferem poderes aos seus líderes conforme definido na lei. Numa democracia constitucional, o poder é dividido de modo que o Legislativo faz as leis, o Executivo obriga ao seu cumprimento e as executa e o Judiciário funciona de forma independente.

Os líderes democráticos não são nem ditadores eleitos nem "presidentes vitalícios". Cumprem mandatos por um período fixo e aceitam os resultados de eleições livres, mesmo que isso signifique perder o controle do governo.

Em democracias constitucionais, o Poder Executivo é geralmente limitado de três formas: por um sistema de controle que separa os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário no governo nacional; pelo federalismo, que divide o poder entre o governo federal e os governos estaduais/locais; e por garantias constitucionais dos direitos fundamentais.

Em nível nacional, o Executivo é limitado pela autoridade constitucional conferida ao poder Legislativo e por um Poder Judiciário independente.

O Poder Executivo nas democracias modernas é geralmente organizado de uma ou duas maneiras: como um sistema parlamentarista ou presidencialista.

- Em um sistema parlamentarista, o partido da maioria nessa legislatura constitui o Poder Executivo do governo, chefiado por um primeiro-ministro.

- Em um sistema parlamentarista, os Poderes Legislativo e Executivo não estão totalmente separados um do outro, uma vez que o primeiro-ministro e os membros do governo provêm do Parlamento. Nestes sistemas, a oposição política é o meio principal de limitar ou controlar o Poder Executivo.
- Em um sistema presidencialista, o presidente é eleito separadamente dos membros do Legislativo.
- Em um sistema presidencialista, tanto o presidente como o Poder Legislativo têm as suas próprias bases de poder e eleitorado político, que servem para controlar e se auto-equilibrar.

As democracias não exigem que os seus governos sejam fracos, mas que tenham limites. Por consequência, as democracias podem levar algum tempo para chegar a um acordo sobre assuntos de interesse nacional; contudo, quando o fazem, os seus líderes podem agir com grande autoridade e confiança.

Os líderes de uma democracia constitucional agem sempre de acordo com a lei que define e limita a sua autoridade.

O Poder Legislativo

Os representantes eleitos em uma democracia - quer sejam membros de um Parlamento, de uma Assembléia ou de um Congresso - estão lá para servir ao povo. Desempenham muitos papéis essenciais ao funcionamento de uma democracia saudável.

Os órgãos legislativos eleitos são o principal fórum para deliberar, debater e aprovar leis em uma democracia representativa. Não são Parlamentos que se limitam a por o carimbo, simplesmente aprovando as decisões de um líder autoritário.

Os poderes de supervisão e investigação permitem aos legisladores questionar publicamente os membros do governo por atos e decisões e servir de controle ao poder dos vários ministérios -especialmente no sistema presidencialista de governo em que o Legislativo é independente do Executivo.

Os legisladores podem aprovar orçamentos nacionais, interrogar testemunhas sobre questões prementes e confirmar os nomeados pelo Poder Executivo para os tribunais e ministérios. Em algumas democracias, as comissões parlamentares fornecem aos legisladores um fórum para esses exames públicos de questões de interesse nacional.

Os legisladores podem apoiar o governo no poder ou podem fazer parte duma oposição leal que apresenta políticas e programas alternativos.

Os legisladores têm a responsabilidade de articular as suas opiniões da forma mais eficiente possível. Mas têm que trabalhar dentro da ética democrática de tolerância, respeito e colaboração para chegarem a consensos que beneficiem o bem-estar geral de todos - e não apenas daqueles que lhes dão apoio político. Cada legislador deve decidir sozinho como equilibrar o bem-estar geral com as necessidades de uma base eleitoral.

Muitas vezes, os legisladores escutam com simpatia as queixas e os problemas individuais - e ajudam a obter assistência de órgãos governamentais muito burocráticos. Para isso, têm, com frequência, assessorias qualificadas.

Os legisladores nacionais geralmente são eleitos de duas maneiras. Em eleições pluralistas, ganha o candidato com mais votos. No sistema proporcional, usado muitas vezes em eleições legislativas, os eleitores votam em partidos, não em indivíduos, e os representantes são escolhidos com base na percentagem de votos obtidos pelo seu partido.

Um sistema proporcional, tende a incentivar múltiplos partidos pequenos, muito bem organizados. As eleições pluralistas promovem um sistema bipartidário, no qual há um perdedor. Em quaisquer dos sistemas, os representantes participam de debates, negociações, criação de coligações e cooperação, que são as marcas de regimes democráticos.

Os Parlamentos têm, muitas vezes, duas câmaras e as novas leis geralmente têm que ser ratificadas pela câmara alta e pela baixa.